



PPC - Projeto Pedagógico de Curso

Engenharia Ambiental e Sanitária

1. Perfil do curso

Entre 1991 e 2010, o Brasil registrou um salto de 48% no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), nas três dimensões acompanhadas pelo índice: longevidade, educação e renda. O IDHM Educação, foi o que teve a menor contribuição em termos absolutos para o valor atual. No que se refere ao contexto da Bahia, o IDH é o 22º do ranking nacional, acima apenas dos Estados da Paraíba, Piauí, Pará, Maranhão e Alagoas, que demonstra a necessidade de mais investimento no setor. Quanto às taxas de escolaridade, 90% das matrículas do ensino médio são efetuadas na rede pública estadual e 7% na privada. Do total de matrículas em 2012, 107 mil, foram feitas em Salvador, o que representa 18% das matrículas do Estado da Bahia.

Em 2012, o PIB brasileiro somou R\$ 4,4 trilhões, evidenciando um crescimento de 0,9% da economia. A Bahia, por sua vez, cresceu mais do que o Brasil (3,1%), com um PIB de R\$ 154 milhões no período.

O Estado da Bahia tem privilegiado ações que visem minimizar as desigualdades socioeconômicas, nos últimos 40 anos. Estas ações foram voltadas para investimentos que propiciaram a expansão industrial, a exemplo da implantação da Petrobrás, na década de 50; os incentivos fiscais e financeiros, principalmente Finor, a partir de 1960; a implantação do Polo Industrial de Camaçari, na metade da década de 70; a expansão agrícola moderna, no Oeste e no Vale do São Francisco, o eixo turístico do litoral, do extremo sul ao norte do Estado; a consolidação do Polo de Informática em Ilhéus; grandes projetos de Celulose no litoral sul do Estado; implantação de Centro Industrial de Subaé e outros de médio e pequeno porte nas regiões interioranas e o Parque Automotivo, com a instalação da Ford do Brasil, em Camaçari.

O Polo Industrial de Camaçari é o maior Complexo Industrial Integrado do Hemisfério Sul. A infraestrutura disponível, o alto nível de integração e compartilhamento de suas operações e serviços, assim como a eficiência dos seus sistemas de controle ambiental, tem sido determinantes para a instalação de novas empresas no Polo e expansão dos empreendimentos existentes, a exemplo do Complexo Ford, Continental Pneus, Bridgestone/Firestone, entre outros. Uma rede de dutos também interliga o Complexo Industrial, o Porto de Aratu e a Refinaria Landulfo Alves.

Voltados para o desenvolvimento econômico estão os vetores de crescimento apontando as Áreas de Automação Industrial e Controle e Proteção Ambiental, associados à crescente incorporação da Internet nos diversos ramos de atividades, como sendo um dos elementos estratégicos para o cenário da nova economia. O surgimento de tecnologias, vinculadas a essas áreas de atuação, demandará a formação de profissionais habilitados a ocupar o Parque Industrial existente, bem como desenvolver novos produtos e serviços especializados.

No Estado da Bahia, empresas como a CETREL (Empresa de Proteção Ambiental, antiga Central de Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Industrial de Camaçari) e a Bahia Sul Celulose, já detêm

Sistemas de Gestão Ambiental credenciados pela ISO 14000, bem como, outras grandes e médias empresas se preparam para novas posturas ambientais.

Investimentos na área de energias renováveis tem chamado atenção no estado da Bahia. Um aumento significativo foi observado nos últimos 10 anos e novos investimentos foram sinalizados por órgão públicos relativos principalmente a energia eólica. De acordo com o Portal Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a concessão de colaboração financeira no valor de R\$ 494,2 milhões para a implantação de seis parques eólicos do Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A., localizados no município de Campo Formoso (BA). A implantação deste complexo deve gerar cerca de 1,8 mil empregos diretos e 3 mil indiretos. Ainda sobre energia eólica, com investimentos de R\$ 3,4 bilhões, a Bahia concentra a maior parte dos parques de energia eólica e solar a serem instalados no país, a partir de 2015 - com previsão de entrada em operação em 2017.

Diante deste cenário a sustentabilidade mostra-se como um fator preponderante para a manutenção da vida, e os investimentos em titulações na área ambiental já são reflexo dessa nova realidade, com resultados observados tanto no setor privado quanto no público.

Apesar de tantos avanços na área econômica, problemas ligados a indústria e saúde tem afligido nosso país. Nos últimos dez anos, o mosquito Aedes Aegypti vem se multiplicando e exercendo a função de vetor para doenças como a Dengue, Chikungunya e a Zika, que estão diretamente relacionadas aos aspectos sanitários e portanto, ligados a profissão do Engenheiro Ambiental e Sanitarista. Além disto, problemas de abastecimento de água e impactos ambientais por despejo de material contaminante (Como o rompimento de barragem em Mariana), também clama pelo profissional que é formado neste curso.

O Curso contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Além disso, o PDI destaca, no contexto das Atividades Complementares (Programa de Experiências – PEX), a existência de “atividades relacionadas às relações étnico-raciais, atividades ligadas à história e à cultura afro-brasileira e indígena, atividades relacionadas à educação ambiental e atividades relacionadas aos direitos humanos”.

Neste contexto, o Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária vem ao encontro das reais necessidades locais e regionais que requer profissionais voltados para o desenvolvimento econômico e sustentável.

2. Atividades do curso

As atividades complementares são fundamentais para a aderência à formação geral e específica do

discente e a construção do perfil do egresso, e se inserem no Projeto Pedagógico do Curso como incentivadoras à aprendizagem ativa e ao ensino baseado em competências. Embora de caráter flexível quanto à forma de integralização, o cumprimento de sua carga horária é obrigatório para a conclusão do curso.

Considerando a relevância das atividades complementares na formação do aluno, a Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden conta com o Programa de Experiências – PEX, inspirado no pensador americano John Dewey. Para Dewey, a educação não deve ser baseada apenas na estrutura de ensino tradicional, que normalmente consiste em aulas expositivas, com tempo e local já estipulados. Faz-se necessário, para garantir um melhor aprendizado, que o aluno participe de atividades que lhe acrescentem maior significado.

As atividades complementares constam da matriz curricular do curso, em componente curricular obrigatório intitulado PEX – Programa de Experiências, cuja carga horária conta para a integralização da carga horária do curso.

Essas atividades consistem em:

- Visitas técnicas;
- Projetos de pesquisa;
- Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – PICT;
- Monitoria;
- Palestras, seminários, congressos;
- Oficinas;
- Minicursos;
- Atividades ou cursos de extensão;
- Participação em atividades voluntárias de assistência à população;
- Disciplinas extracurriculares, oferecidas a outros cursos ou por outra instituição de ensino superior;
- Estágios extracurriculares;
- Trabalhos interdisciplinares;
- Atividades relacionadas a questões Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Atividades relacionadas a Políticas de Educação Ambiental;
- Atividades relacionadas aos Direitos Humanos.

As atividades são realizadas sob a orientação de um professor e englobam, em suma, tudo que fuja à rotina da sala de aula.

No início de cada período letivo, a programação do PEX – contendo as atividades e carga horária correspondente para efeito de integralização curricular – é divulgada para que os alunos possam se programar e escolher aquelas de seu interesse.

A programação é elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, em colaboração com os professores, e soma, no mínimo, o triplo do que os alunos têm de integralizar, em média, em cada período letivo. Garante-se assim uma ampla diversidade de atividades, possibilitando o atendimento aos interesses individuais dos alunos.

Como a quantidade de horas de atividades oferecidas ao longo do curso é de, no mínimo, o triplo da carga horária obrigatória prevista no componente curricular, os alunos podem optar por integralizar uma carga horária muito superior ao mínimo exigido na matriz. Isso permite que eles integralizem o curso com diferentes cargas horárias e perfis profissionais enriquecidos de forma flexível.

Dessa forma, as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, bem como mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

O PEX está institucionalizado por meio da Norma 004: Regulamento do PEX – Programa de Experiências.

3. Perfil do egresso

O egresso do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária terá como perfil o Engenheiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

O egresso do curso estará capacitado a trabalhar na gestão tecnológica e ambiental e no aprimoramento de processos de tecnologias mais limpas, problemas ligados ao planejamento, projeto e operação de sistemas que utilizem recursos naturais e necessitem de controle sanitário do ambiente, avaliar soluções existentes propondo melhorias que incentivem o desenvolvimento tecnológico seguindo as normas técnicas existentes atuando com ética e profissionalismo.

A formação do Engenheiro oferecida pelo Curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária, está em consonância com a Resolução CNE/CES Nº 11/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Engenharia.

O egresso do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária estará apto a:

a) elaborar e coordenar projetos de saneamento básico e de obras sanitárias, envolvendo-se com a

fiscalização, a manutenção e ampliação de projetos de forma a elevar a qualidade de vida da população;

b) planejar, supervisionar, elaborar e coordenar processos e serviços de Engenharia Ambiental e Sanitária, buscando a sustentabilidade do planeta e o desenvolvimento socio-econômico;

c) gerenciar programas de saneamento básico, buscando a melhoria da qualidade de vida da população;

d) implantar programas de gerenciamento de resíduos sólidos, visando a preservação do meio ambiente;

e) monitorar ações de saúde pública envolvendo o controle de vetores de doenças, de forma a garantir uma vida saudável da população;

f) orientar e fiscalizar obras de saneamento básico para prevenção/conservação ambiental, visando ao cumprimento da legislação;

g) implementar e aprimorar processos produtivos e industriais, levando em consideração os aspectos ambientais e os impactos das comunidades envolvidas na relação com o meio ambiente, utilizando processos de tecnologias mais limpas;

h) avaliar a interrelação dos sistemas de produção com o meio ambiente, no que se refere a utilização de recursos escassos e à disposição final de resíduos e rejeitos, atendendo as exigências de preservação do meio ambiente e de sustentabilidade;

i) intervir nos processos de desequilíbrio ambiental induzido, ou nos projetos de planejamento ambiental, interagindo com profissionais de diferentes áreas;

j) elaborar estudos de impacto ambiental, para subsidiar tomadas de decisão da instalação de indústrias, principalmente as potencialmente poluidoras que envolvam modificações do ecossistema natural;

k) avaliar susceptibilidade e vocação do ambiente, na elaboração de estudos de impactos ambientais, na proposição, implementação e monitoramento de medidas mitigadoras ou de ações ambientais, tanto na área urbana quanto na rural, para a preservação do meio ambiente;

l) implementar ações que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, respeitando as peculiaridades étnico-raciais e os direitos humanos;

m) comunicar-se nas formas escrita, oral e gráfica compatíveis com o exercício profissional,

facilitando os processos de negociação nas relações interpessoais ou intergrupais;

n) gerenciar equipes de trabalho multidisciplinares no desenvolvimento e suporte a projetos ambientais buscando a excelência através da melhoria contínua dos serviços prestados;

o) assumir a postura de permanente busca de atualização e aprofundamento profissional, garantindo melhor qualidade de serviços e produtos;

p) aplicar a ética e agir com responsabilidade profissional, atuando em conformidade e probidade.

Conforme consta no PDI, a política de acompanhamento de egressos é implementada pelo setor denominado Carreiras. Este setor aplica pesquisas e implanta mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, para saber o índice de ocupação entre eles e para procurar estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida.

Conforme consta no PDI, a política de acompanhamento de egressos é implementada pelo setor denominado Carreiras. Este setor aplica pesquisas e implanta mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, para saber o índice de ocupação entre eles e para procurar estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida.

4. Forma de acesso ao curso

O acesso dos alunos ao Curso é realizado através das seguintes modalidades.

Processo Seletivo

Aplica-se a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Neste caso, os candidatos submetem-se a um exame, contendo questões de diferentes áreas do saber, observando a complexidade do ensino médio, bem como temas da atualidade nacional e internacional. A partir das notas obtidas, os candidatos são classificados em ordem decrescente de desempenho e convocados para a efetivação da matrícula até o preenchimento das vagas. Havendo vagas ociosas, os candidatos habilitados serão, sequencialmente, convocados.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

A Instituição reserva parte das vagas oferecidas para ingresso em seus cursos a candidatos que tenham participado do Enem e alcançado média igual ou superior a 50% do total de pontos.

Graduados

Aplica-se a candidatos portadores de diploma de curso de graduação, dispensando-o do processo seletivo. Neste caso, o candidato deve protocolar o pedido de matrícula e, havendo vagas disponíveis, é feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Transferências

Aplica-se a estudantes que já estejam matriculados em cursos de graduação de outra instituição. Neste caso, o estudante deve protocolar o pedido de transferência e, havendo vagas disponíveis, é procedido o processo seletivo e feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

Aplica-se a egressos do ensino médio que tenham se inscrito no Programa. A seleção é feita pelo Governo Federal a partir da nota do Enem dentre aqueles que preencham os requisitos sociais. Os candidatos pré-selecionados pelo Programa apresentam à Instituição os documentos comprobatórios, exigidos pelo Ministério da Educação.

Vagas remanescentes

Se ao final do processo seletivo não houver preenchimento de todas as vagas oferecidas, a Instituição poderá admitir candidatos que tenham participado do Enem e obtido desempenho maior ou igual a 50% do total de pontos.

5. Representação gráfica de um perfil de formação

De acordo com a Resolução CES/CNE Nº 11/2002, o Curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária obedece às Diretrizes Curriculares Nacionais, lastreada no Parecer CES/CNE nº 1.362/2001, levando em consideração a educação multidisciplinar e humanista, desenvolvendo competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) no aluno qualificando-o no domínio de técnicas e instrumentos necessários para a proposição e execução de soluções na área de Engenharia Ambiental e Sanitária eficazes para o atendimento ao mercado de trabalho.

A matriz curricular do curso é concebida de forma flexível, estruturada em módulos semestrais, que têm um propósito em si mesmo (terminalidade), ou seja, existe um relacionamento entre as disciplinas do mesmo módulo de forma a desenvolver nos alunos um conjunto articulado de competências. As disciplinas deixam de ser componentes isolados e passam a constituir um bloco

interdisciplinar. Essa lógica de terminalidade traz o benefício de flexibilizar os currículos.

Nesse intuito, os dois primeiros módulos sequenciais do Curso abordam conteúdos articulados entre si e são contemplados pelos conhecimentos das Ciências básicas que envolvem a Matemática, Física, Química, Desenho. Além disto, dentro desse período temos a Língua Portuguesa como disciplina do ciclo inicial.

Em seguida, veem os módulos 3 e 4, que têm como pré-requisito os dois anteriores não possuindo, porém, dependência mútua. Estes dois módulos trabalham conhecimentos introdutórios de aplicabilidade das Ciências Básicas e inicia o discente na integração das competências desenvolvidas até o momento, capacitando-os para analisar, sintetizar e interpretar dados. Composto este módulo estão as disciplinas Ciências Humanas e Sociais e Carreira, Liderança e Trabalho em Equipe, dentre outras, que integram conhecimentos necessários para melhor formação do futuro profissional mais humanizado e capaz de realizar funções em equipe com maior facilidade.

Do mesmo modo os módulos 5 e 6, que têm como pré-requisito a conclusão dos módulos anteriores, consolidam as competências anteriormente trabalhadas e inserem a visão das áreas de Biologia, Geologia, Geoprocessamento e Ecologia, conduzindo o discente em seus primeiros passos nas questões ambientais e de sustentabilidade.

Os módulos 7, 8, 9 e 10 têm como pré-requisitos os seis anteriores sendo interdependentes entre si. Estes quatro últimos módulos abordam conhecimentos de Gestão Empresarial e Gestão Ambiental, Avaliação de impactos Ambientais, Saneamento, Gestão de Resíduos Sólidos Metodologia de produção mais limpas, profissionalizantes de Engenharia Ambiental e Sanitária, desenvolvendo as competências como, capacidade de integração e liderança de uma equipe, comunicando-se corretamente por escrito e oralmente.

O Bloco Complementar contempla o Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Supervisionado, Atividades Complementares – Programa de Experiências (PEX), a disciplina Libras (Língua Brasileira de Sinais), optativa para o aluno, mas de oferta obrigatória pela Instituição.

A flexibilidade curricular está assegurada nas atividades complementares, que na Instituição são desenvolvidas mediante o Programa de Experiências (PEX), constante do PPC, o qual perpassa diversas áreas do saber visando a focar os aspectos mais atuais da Engenharia Ambiental e Sanitária, atendendo ainda à demanda e ao perfil dos discentes a cada semestre.

Os conteúdos programáticos e as bibliografias são atuais e estão plenamente adequados às disciplinas teórico/práticas, bem como dão suporte à pesquisa realizada por discentes e docentes, além de assegurar o desenvolvimento das competências previstas no Perfil do Egresso.

Na abordagem dos conteúdos curriculares os docentes são capacitados, através do Programa

Mandacaru, acerca da educação inclusiva, com o objetivo de estarem preparados para adaptar suas práticas pedagógicas para alunos com necessidades especiais.

Os requisitos legais relativos às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, políticas para educação ambiental e direitos humanos são abordados transversalmente ao longo de todo o percurso formativo do alunado, quer como conteúdo específico de algumas disciplinas, quer como atividades complementares.

6. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Superior da UniRuy Wyden, tanto para os cursos presenciais quanto a distância.

As avaliações de aprendizagem têm por objetivo acompanhar o processo de construção do conhecimento, a compreensão e o desenvolvimento da capacidade do aluno para resolver problemas referentes às competências (conteúdos, habilidades e atitudes) gerais e específicas exigidas para o exercício profissional, desenvolvidas ao longo do percurso formativo.

A sistemática institucional para a avaliação da aprendizagem considera a participação do estudante na construção do próprio saber e nas atividades acadêmicas programadas para as disciplinas que compõem a Matriz Curricular, parte do Projeto Pedagógico do Curso e o domínio dos conteúdos de natureza técnico-científica e instrumental, bem como acompanhar e aferir o desenvolvimento das habilidades e atitudes demonstradas em cada componente curricular, principalmente, o desempenho nos trabalhos e atividades realizados individualmente ou em grupo, provas e testes (orais ou escritos), visitas técnicas, debates, dinâmicas de grupo, seminários, oficinas, preleções, pesquisas, resolução de exercícios, arguições, trabalhos práticos, excursões e estágios, inclusive os realizados fora da sala de aula e da sede da Instituição.

A depender das características da disciplina, os professores, ao elaborarem os cronogramas de atividades, parte integrante dos Planos de Ensino, definem as ferramentas e os critérios de avaliação da aprendizagem que serão adotados, com vistas a atender às diferenças individuais dos educandos, orientando-os ao aperfeiçoamento do processo da aprendizagem. O sistema de avaliação da aprendizagem está institucionalizado no Regimento Institucional e seu funcionamento está normatizado na Norma 006.

Considerando o disposto no referido instrumento legal, a avaliação do desempenho acadêmico do estudante é realizada por disciplina, abrangendo os aspectos de aproveitamento e frequência. O aproveitamento é expresso por uma nota de eficiência que é a média ponderada das avaliações

realizadas no período letivo. Respeitado o limite mínimo de frequência de 75% da carga horária do componente curricular, será considerado aprovado o aluno que obtiver média de eficiência igual ou superior a 5 (cinco), em uma escala que varia de 0 (zero) a 10 (dez).

A critério dos Dirigentes, por proposta do professor ou grupo de professores que ministram uma disciplina, ouvido o Coordenador do Curso, poderá ser adotado um regime especial de avaliação da aprendizagem considerado mais adequado.

Os critérios de verificação de desempenho no Trabalho de Conclusão do Curso e no Estágio Curricular Supervisionado, quando couber, constam de regulamentos próprios (normas 002 e 003, respectivamente), aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.

Alunos com necessidades especiais, quando necessário, podem ser assistidos por equipes da CASA, para que realizem seus processos avaliativos em consonância com suas características e particularidades.

7. Sistema de avaliação do projeto do curso

O processo de avaliação do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden é desenvolvido pela Coordenação Geral de Graduação e Coordenação de Curso, em colaboração com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no que couber. Os procedimentos de avaliação têm por objetivos acompanhar continuamente o planejamento estratégico expresso no PDI e no PPC, com vistas à melhoria da qualidade, sob vários aspectos, tais como a execução do planejamento acadêmico, a gestão acadêmico-administrativa, as condições de infraestrutura oferecidas (laboratórios, salas de aula, biblioteca, áreas de conveniência, os serviços de atendimento ao aluno, etc.), corpos docente e técnico-administrativo.

Semestralmente, mediante questionários elaborados especialmente para este fim, o corpo social avalia como segue:

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DISCENTE

Os alunos, ao final do semestre, avaliam os principais processos desenvolvidos com relação ao desempenho dos professores, da Coordenação do Curso e da Direção da Instituição, disciplinas ofertadas, atividades acadêmicas realizadas pela Instituição, o processo de avaliação da aprendizagem, infraestrutura física, serviços de apoio, etc.. Busca-se aferir o nível de satisfação do alunado com o Curso e com a Instituição.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DOCENTE

Os professores, ao final de cada semestre, avaliam em formulário próprio, o plano de ensino da disciplina sob sua responsabilidade, atingimento de seus objetivos, cumprimento do cronograma de atividades e dos conteúdos programáticos propostos, qualidade do material didático utilizado, bibliografia disponível na biblioteca (livros, periódicos, acervo em multimídia), infraestrutura física e equipamentos, apoio institucional para realização das atividades acadêmicas, desempenho da turma, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Do mesmo modo que os professores, os técnicos envolvidos com os laboratórios de ensino avaliam as condições de oferta das aulas práticas quanto a equipamentos, material de consumo, dimensionamento de turmas, adequação dos experimentos, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO COORDENADOR DO CURSO

Anualmente, a partir das avaliações semestrais acima previstas e das experiências vivenciadas, o Coordenador do Curso é responsável pela elaboração do Relatório de Autoavaliação do Curso, que será encaminhado aos Dirigentes, apontando as ações a serem desenvolvidas com vistas à melhoria da qualidade acadêmica do Curso e o aumento do grau de satisfação dos alunos, professores e colaboradores, com o Curso e com a Instituição.

Os resultados do processo de autoavaliação geram relatórios consubstanciados, apontando as potencialidades e fragilidades do Curso, bem como propondo implementação de ações para a melhoria das atividades acadêmicas, infraestrutura, etc., que serão encaminhadas aos dirigentes da Instituição para as devidas providências. Os resultados, no que diz respeito ao PPC, são encaminhados para o NDE, que como Comissão responsável pelo acompanhamento, gestão e atualização do PPC, os analisa encaminhando ao Colegiado do Curso propostas de ações com vistas à melhoria da qualidade acadêmica e da infraestrutura institucional.

Também, são divulgados e discutidos junto ao corpo social do Curso, alunos, professores e técnico-administrativos, mediante a realização de seminários, via e-mail, reunião com grupos focais, etc., dando-se amplo conhecimento à comunidade.

AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os relatórios obtidos a partir das visitas in loco dos atos regulatórios do Curso subsidiam importantes informações para reduzir fragilidades e otimizar as potencialidades. Adicionalmente, os relatórios relativos ao Curso, perante o exame nacional de desempenho dos estudantes – Enade, apontam relevantes informações da performance acadêmica. Estas informações são analisadas, cuidadosamente, pelo Núcleo Docente Estruturante, que delimita pontos de atenção ou

reestruturações perante o Projeto Pedagógico do Curso, com exposição e aprovação pelo Colegiado do Curso e, subsequente, apresentação a Pró-Reitoria de Graduação e Reitoria para providências.

8. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso, parte integrante da Matriz Curricular, é atividade obrigatória para a integralização curricular e tem como objetivo principal a consolidação dos fundamentos técnicos, científicos e culturais do profissional egresso, devendo constituir-se em um exercício de formulação e sistematização de ideias, resolução de problemas e aplicação de métodos de investigação e redação técnico-científica.

A área temática é escolhida juntamente com o professor orientador, e poderá configurar-se no âmbito de uma disciplina, abranger um conjunto de conteúdos trabalhados ou versar sobre uma área conexas aos estudos teóricos, básicos ou profissionalizantes, desenvolvidos ao longo do Curso. O Coordenador do Curso, em conjunto com o NDE, define previamente as grandes áreas temáticas em que poderão ser realizados os Trabalhos de Conclusão de Curso e designa os Professores Orientadores de acordo com suas áreas de atuação profissional e/ou acadêmica, para acompanhar o desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

O direcionamento das áreas temáticas objeto da produção científica do Curso é feito por meio de seu NDE, bem como as formas de apresentação dos mesmos. Os professores orientadores são, portanto, divididos nessas áreas, e os alunos submetem seus anteprojetos à apreciação do grupo pertencente à área desejada.

Para tornar claras as regras e critérios de avaliação do TCC, a Coordenação edita uma cartilha contendo as informações pertinentes à elaboração do mesmo, como também alinha o calendário das atividades de TCC (entrega de anteprojeto, reuniões de orientação, entrega dos relatórios parciais, entrega do TCC, marcação e realização das bancas examinadoras) ao Calendário Acadêmico semestral. É estabelecido um número mínimo de encontros para orientação e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho e implantada a obrigatoriedade de ser lavrada uma ata, designada Ata de Registro de Encontros, ao final de cada um deles, o que permite à Coordenação a efetiva supervisão das atividades realizadas.

Buscando contínua melhoria no que se refere à qualificação dos professores orientadores de TCC, a Coordenação procura aumentar a carga horária extraclasse dos professores mestres e doutores, os quais trabalham em regime de tempo parcial ou integral, com o objetivo de conduzi-los à orientação dos alunos e de lhe dar melhores condições de trabalho.

Concluído o TCC, o aluno que tenha obtido a frequência igual ou superior a 75% das atividades de

orientação solicita ao Coordenador do Curso que marque a data para apresentação do trabalho, diante de Comissão Examinadora, constituída pelo Coordenador do Curso, o Professor Orientador e um terceiro professor. Após a apresentação a Comissão emite parecer atribuindo o conceito “apto” ou “não apto”.

A Comissão, ao avaliar o trabalho, leva em conta, entre outros aspectos, se ele é produção pessoal do aluno e, portanto, não constitui plágio, o domínio do tema abordado, a aplicação adequada da metodologia científica, a capacidade de redigir e de se expressar corretamente.

O TCC é catalogado na biblioteca em formato digital, que é posteriormente disponibilizado através do portal Pergamus da biblioteca da Instituição para consulta via internet.

Dessa forma, o Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

O Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Norma 002: Regulamento do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

9. Estágio curricular

O Estágio Curricular Supervisionado, parte integrante da Matriz Curricular do Curso, é atividade obrigatória para a integralização curricular e tem por finalidade colocar o aluno para vivenciar o mundo real do trabalho, contribuindo para a consolidação do desenvolvimento de competências indispensáveis ao exercício profissional, previstas no perfil do egresso.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Instituição é coordenado por um professor designado para esta função, que além de participar da seleção de encaminhamento do estagiário, é o responsável pelo acompanhamento, no âmbito da Instituição, das atividades do estudante durante o período do Estágio. A organização onde o aluno estiver estagiando designa um supervisor técnico para acompanhar e orientar o estudante, no seu âmbito, inclusive de avaliação do desempenho e aproveitamento.

A supervisão de Estágio pode ser auxiliada por outros professores do corpo docente, caso haja necessidade, diante do número de alunos-estagiários.

Pode realizar o Estágio Curricular o aluno que já tiver integralizado, no mínimo, 50% da carga horária mínima do Curso.

Para apoiar o Estágio Curricular Supervisionado, a Instituição conta com o setor de Carreiras, que é responsável pela orientação e encaminhamento dos alunos para o mercado de trabalho, oferecendo-lhes suporte para buscar as melhores oportunidades.

O setor de Carreiras tem como objetivos captar vagas de estágio e emprego, junto às organizações parceiras, divulgando-as no ambiente da Instituição. Além disso, capacita o aluno para participar de processos seletivos, dando-lhe retorno sobre seu desempenho nas etapas a seleção, realizando entrevistas simuladas e fornecendo ao final uma avaliação quanto aos pontos positivos e negativos. Dessa forma, o setor busca integrar ensino com o mundo do trabalho, promovendo a interlocução da Instituição com o ambiente de estágio, gerando insumos para atualização das práticas do estágio.

O desempenho do aluno estagiário é avaliado mediante relatórios parciais e finais, chancelados pelo supervisor técnico e pelo professor orientador, respectivamente, que emitem, ao final do processo, o conceito “apto” ou “não apto”, observada a integralização da carga horária estabelecida na Matriz Curricular.

O Estágio Curricular Supervisionado está institucionalizado por meio da Norma 003: Regulamento de Estágio Supervisionado.

Documento de uso exclusivo da Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden. Proibida sua reprodução em todo ou em partes.
Todos os direitos reservados.